

A potencialidade do conceito de reestruturação na análise espacial de São Gonçalo, Rio de Janeiro: pensar a cidade, pensar sua produção

The potentiality of the restructuring concept in the space analysis of São Gonçalo, Rio de Janeiro: thinking the city, thinking their production

La potentialité du concept de restructuration dans l'analyse spatiale de São Gonçalo, Rio de Janeiro: penser la ville, penser sa production



Juliana Luquez

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Jardim - Mato Grosso do Sul – Brasil
julianaluquez@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa e discute a produção do espaço a partir do conceito de reestruturação, tendo como contexto a realidade urbana de São Gonçalo, Rio de Janeiro. Ao analisar a cidade de São Gonçalo, no contexto da metropolização fluminense, reunimos características que permitiram apresentar uma proposta de periodização dessa realidade urbana, estabelecendo a simultaneidade entre os tempos e os espaços da urbanização. Nossa contribuição insere-se no âmbito da problemática do espaço avançando no debate da reprodução da sociedade que se revela na produção do espaço urbano fluminense e na crise urbana do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Reestruturação. Produção do espaço. Rupturas e continuidades.

Abstract: This paper aims to analyze and discuss space restructuring, having as concrete situation the urban reality of São Gonçalo, Rio de Janeiro. By analyzing the city of São Gonçalo, in the context of Rio de Janeiro's metropolization, we gathered characteristics that allowed us to present a proposal for periodizing this urban reality, establishing the simultaneity between the times and spaces of urbanization. Our contribution falls within the scope of the problem of space, advancing the debate on the reproduction of society that is revealed in the production of urban space in Rio de Janeiro and in the urban crisis in Rio de Janeiro.

Keywords: Restructuring. Production of space. Ruptures and continuities.

Resumé: Cet article a comme but analyser et de discuter la restructuration de l'espace, en prenant comme situation concrète la réalité urbaine de São Gonçalo, Rio de Janeiro. En analysant la ville de São Gonçalo, dans le contexte de la métropolisation au cadre de Rio de Janeiro, nous avons rassemblé des caractéristiques qui nous ont permis de présenter une proposition de périodisation de cette réalité urbaine, établissant la simultanéité entre les temps et les espaces de l'urbanisation. Notre contribution s'inscrit dans le cadre du problème de l'espace, faisant avancer le débat sur la reproduction de la société qui se révèle dans la production de l'espace urbain et la crise urbaine à Rio.

Mots-clé: Restructuration. Production de l'espace. Ruptures et continuités.

Recebido para a publicação em 11 de janeiro de 2020

Aceito para a publicação em 27 de fevereiro de 2020

Publicado em _____

Introdução

As transformações produzidas pelas dinâmicas dos processos espaciais provocam descontinuidades a partir das quais pode-se definir as suas fases de ruptura e conectar os elementos dissolvidos em cada um desses momentos, buscando a identificação das continuidades e tomando-as como fundamento para uma perspectiva histórica da produção do espaço.

Este artigo analisa e discute a produção do espaço a partir do conceito de reestruturação, tendo como realidade concreta a cidade de São Gonçalo, Rio de Janeiro. Esta análise possibilitou a construção de uma periodização da realidade urbana de São Gonçalo a partir da identificação das rupturas e da caracterização das continuidades, reveladas pelo movimento de reestruturação do espaço.

Em São Gonçalo, a dinâmica de produção do espaço pode ser compreendida segundo dois momentos determinantes – o urbano-industrial e o metropolitano-financeiro –, e considerada em três fases de reestruturação: a urbanização que precede a industrialização e é capturada por ela; a urbanização espoliadora; e a urbanização especulativa (ou financeira), que impõe à problemática urbana análises e interpretações para além do dualismo centro-periferia no contexto da atual conformação da metrópole e de sua região.

A reestruturação do espaço, tomada aqui primeiramente como conceito e sintetizada como processo de significativo potencial explicativo na dinâmica da produção do espaço, está lançada nessa perspectiva manifesta do movimento: estruturação-desestruturação-reestruturação. Vemos nesse movimento um caminho interpretativo para a compreensão da dinâmica que produz e reproduz o espaço e “recria as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital” (CARLOS, 2008, p. 83).

Assim, acreditamos que a análise da reestruturação do espaço, a partir de São Gonçalo, contribui para aguçarmos a problemática

acerca das dinâmicas metropolitanas, uma vez que essa análise permitiu revelar as rupturas e identificar as continuidades das relações sociais de produção contidas no espaço de conformação da cidade.

Referências analíticas para a discussão da produção do espaço a partir do movimento de reestruturação

Nesta seção, discutimos a simultaneidade e a dinâmica entre os processos de produção e reestruturação do espaço para identificar as fases críticas do movimento que os realizam. Estas fases eclodem via rupturas e imprimem novos ritmos à urbanização, ao mesmo tempo que carregam continuidades por vezes encobertas perante novas possibilidades de realização da sociedade, do seu espaço e de seus tempos. Trataremos, em nossa análise, das seguintes questões: a) quais processos espaciais estão engendrados na dinâmica de produção do espaço fluminense? b) quais rupturas redefiniram, até agora, o permanente movimento de sua conformação? c) é possível compreender esse movimento a partir das fases do processo de reestruturação, considerando as transformações ocorridas em São Gonçalo?

Para tanto, recorreremos à algumas referências analíticas para a discussão da produção do espaço e dos processos que a fundamentam. Um aspecto teórico se faz importante à essa discussão. Ele refere-se à noção de *produção do espaço*.

Tese central [...]. O modo de produção organiza – produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo). É assim que ele se realiza. [...]. O modo de produção projeta essas relações no terreno, o qual reage sobre elas. Sem que haja correspondência exata, definida de antemão, entre as relações sociais e as relações espaciais (ou espaço-temporais). Não se pode afirmar que o modo de produção capitalista tenha, desde o início, “ordenado”, por inspiração ou inteligência, sua

extensão espacial, destinada a se estender em nosso tempo ao planeta inteiro! De início, houve utilização do espaço existente, por exemplo, das vias aquáticas (canais, rios, mares), depois das estradas; na sequência, construção de estradas de ferro, para continuar pelas autoestradas e pelos aeroportos. [...]. Contudo, um espaço novo se constituiu no século XX, à escala mundial; sua produção, não terminada, continua. O novo modo de produção (a sociedade nova) se apropria, ou seja, organiza para seus fins, o espaço preexistente, modelado anteriormente. Modificações lentas penetram uma espacialidade já consolidada, mas às vezes a subvertem com brutalidade [...]. (LEFEBVRE, 2000, p. XXVI)

Como tomamos a noção de produção do espaço na análise da realidade metropolitana fluminense? A tomamos como possibilidade explicativa das contradições que se reverberam nas continuidades e ressurgem nas rupturas. Se a produção do espaço social permite compreender uma certa *incorporação dos atos sociais* (LEFEBVRE, 2000), a reestruturação do espaço permite compreender o movimento dessa incorporação.

As relações sociais de produção, contidas no espaço, tecem-se entre rupturas e continuidades. Este espaço socialmente produzido também está vinculado ao movimento contraditório que não opõe processos velhos aos novos, o arcaico ao moderno, o centro à periferia, mas os realizam simultaneamente.

Isto posto, estabelecemos uma periodização a partir da qual pudéssemos posicionar nossa discussão teórica: o movimento de reestruturação do espaço, procurando o ponto de ruptura do fenômeno urbano na atualidade, mas refletindo sobre suas continuidades enquanto processo histórico. Apresentamos uma periodização circunscrevendo as fases do processo de reestruturação como potencial à leitura dos tempos do espaço ou do espaço de cada tempo sem dissolver a inteligibilidade da realização total da sociedade urbana (Quadro 1).

Quadro 1 - São Gonçalo: síntese dos momentos da urbanização e das fases de reestruturação do espaço

1º momento		2º momento
Estruturação urbano-industrial		Estruturação metropolitano-financeira
1ª Fase: 1920-1960	2ª Fase: 1970-1990	3ª Fase: 2000 até o presente
Urbanização que precede a industrialização e é capturada por ela	Declínio da função industrial e predomínio da função suburbana na transição da determinação da acumulação fordista nas relações sociais de produção para a flexível	Novas configurações da forma urbana e complexos arranjos espaciais: alibi do capital na produção contemporânea do espaço

Elaboração: Juliana Luquez (2019).

Propomos uma análise espacial, considerando a periodização acima apresentada, a partir do conceito de reestruturação. Não estamos a falar de uma estrutura social que explica uma certa organização ou ordenamento espacial, mas sim de uma estruturação do espaço.

O conceito de reestruturação adotado neste trabalho não deve ser tomado como análogo ao de organização ou ordenamento do espaço. Isso porque, antes de apreendermos a reestruturação como um conceito ou categoria à análise espacial, a tomamos como um processo característico do movimento total da produção do espaço. Essa percepção de movimento não encontramos nos termos organização ou ordenamento, visto que, esses termos nos conferem um sentido de equilíbrio e estabilidade na dinâmica de realização da sociedade. Correríamos o risco de cristalizar sistemas e indeferir o movimento – tudo o que a nossa análise não pretende.

Nossa contribuição teórica acerca do conceito e do processo de reestruturação constitui-se como um salto metodológico da compreensão da produção do espaço a partir de Castells (espaço estruturado) e Giddens (dualidade da estrutura). Expliquemo-nos melhor. Para Castells (2014), a estrutura urbana constitui-se de elementos sistêmicos (econômico, político, ideológico), os quais moldam o espaço. Em Giddens (2013, p. XXXV), as características de sistemas sociais “têm propriedades estruturais no sentido de que as relações estão estabilizadas através do tempo e do espaço”.

Nosso percurso metodológico propõe o abandono da análise sistêmica, partindo da premissa que o urbano não se estrutura/reestrutura, o urbano se realiza no espaço e pelo espaço. O espaço contém estruturas e reestruturas dado o movimento dessa realização do urbano que comporta, contraditoriamente, rupturas e continuidades nas relações sociais de produção. Passemos à essa abordagem.

Cada sociedade constitui-se em uma estrutura, em uma coesão ou coerência global. Todavia, é impossível atribuir um caráter definitivo a essa estrutura, que nem apresenta e nem se representa em um único nível ou em uma única dimensão. Sobre esse aspecto, Gurvitch (1971) insistiu que uma representação unitária pode ignorar as características de contínua recomposição e de equilíbrio precário, momentâneo, do qual participam todos os elementos do fenômeno social total – inclusive o espaço.

No âmago de qualquer estrutura (social, urbana) agem forças e tendências à desestruturação. Cada sociedade (agrária, moderna, industrial, urbana) tem seus fracassos e deficiências, suas lacunas. Sem isso a sociedade iria se manter estática para sempre. Sua história não se realizaria. As relações jurídicas, por exemplo, deram forma às relações de propriedade, estancando, momentaneamente, os impasses e limites à reprodução social. Da mesma forma, as instituições políticas foram as respostas às lógicas e estratégias de dominação, aquela da classe ou das frações de classe. O mesmo aconteceu com as ideologias. À estrutura também é atribuído o duplo processo de implosão-explosão e, assim, o perpétuo movimento de *estruturação-desestruturação-reestruturação*.

A reestruturação como conceito contribuiu para apreender processos espaciais proteiformes e relacionais. É comum que o conceito de reestruturação acompanhado de diferentes adjetivações (urbana, produtiva, urbano-industrial, imobiliária, metropolitana, etc.) seja empregado (ou compreendido), grosso modo, como “novos usos” ou “refuncionalização”. Ao discutir esse conceito à luz da noção de produção do espaço, ampliam-se as perspectivas conceituais sobre a realidade contemporânea.

Nossa reflexão sobre o conceito de reestruturação busca compreender o processo de reestruturação do espaço, suas rupturas e continuidades relacionando-o ao movimento e aos momentos da produção do espaço metropolitano. Essa abordagem nos permite apresentar uma periodização das fases do processo de reestruturação do espaço e identificar os elementos do fenômeno social total que se manifestam em continuidades e discontinuidades nas relações sociais e, concomitantemente, descrever o movimento contraditório de realização da sociedade urbana compreendendo sua conformação e refletindo sobre suas tendências. Dentro desse quadro, realizamos a análise das fases do processo de reestruturação do espaço em São Gonçalo.

A urbanização de São Gonçalo no movimento da reestruturação do espaço

O Quadro 1, apresentado anteriormente, serve de ponto de partida para a identificação das fases da reestruturação do espaço. Aqui damos lugar a análise do espaço-tempo de cada reestruturação do espaço em São Gonçalo. Nesta seção, optamos por uma exposição *regressivo-progressiva*, um caminho percorrido pelas rupturas que solapam os equilíbrios momentâneos e nos possibilitam compreender a gênese das continuidades na realização da sociedade urbana fluminense.

Nossa análise propõe dois momentos determinantes na dinâmica, o urbano-industrial e o metropolitano-financeiro, e considera três fases críticas do processo de reestruturação: a primeira fase (1920-1960), refere-se a urbanização que precede a industrialização e é capturada por ela; a segunda fase (1970-1990), aprofunda e matura a urbanização espoliadora; e, a terceira fase (anos 2000-presente), marca a transição à urbanização especulativa (ou financeira) que impõe à problemática urbana análises e interpretações para além do dualismo centro-periferia no contexto da atual conformação da metrópole e de sua região.

O quadro: São Gonçalo possuía uma estrutura urbana complexa, diferentes funções (industrial e citricultora, ambas conduzidas e influenciadoras do processo de urbanização), formas herdadas da determinação agroexportadora que passaram a ser subordinadas – embora não superadas – pelas formas da urbanização moderna.

A **primeira fase de reestruturação do espaço** em São Gonçalo pode ser identificada no contexto da prosperidade econômica favorecida pelo sucesso das atividades agrícola e industrial que corroborou a transição da determinação rural à urbana. Posteriormente, com a desvalorização da terra agrícola e a consequente transformação destas em terras urbanas. A partir dos anos 1940, as antigas fazendas, chácaras policultoras e os inúmeros laranjais tornaram-se áreas interessantes para loteamentos impulsionados pelo desenvolvimento do espaço urbano metropolitano que combinava a necessidade de produção de moradias nos subúrbios imediatos e intermediários do Rio de Janeiro e de espaços produtivos para a consolidação da industrialização fluminense. É neste contexto que verificamos uma ruptura no processo de produção da cidade e que se intensifica ao longo dos anos 1950 e se concretiza nos anos 1960.

Se a atividade industrial alavancou uma forma de urbanização, a atividade agrícola havia contribuído para a construção de um espaço urbano sob relações de trabalho e de propriedade não urbanas. A figura do atravessador, é um exemplo dessa última afirmação. Ao atravessador cabia a função de mediar o trabalho na produção de laranja, limão, abacaxi, tangerina entre o fazendeiro e os trabalhadores e a compra do produto entre o fazendeiro e o mercado. A função do atravessador continha a complexidade das relações sociais de produção que produziam uma forma de urbanização e uma cidade que seria tomada pela industrialização que subordinaria o movimento da urbanização já em curso.

Assumimos que a produção do espaço urbano gonçalense não se deu apenas por meio da atividade industrial exercida, inicialmente, na localidade de Neves, mas também pelo desenvolvimento econômico alcançado pela citricultura que, promoveu a

urbanização de áreas além da conurbação Barreto-Neves, abrindo terreno à instalação de indústrias de diferentes ramos e inclusive a entrada de capital estrangeiro no processo de industrialização fluminense, consolidando o eixo Neves-Centro-Alcântara na expansão urbana radial do território gonçalense

Posteriormente, com o início do parcelamento de terras agrícolas, surgem novos bairros urbanos na então zona rural do município. Essas transformações anunciavam a transição da determinação urbana sobre a rural e a industrial sobre a agrícola, tão somente porque esse movimento estava articulado com a expansão da Metrópole Rio e do processo de regionalização metropolitana.

Soares (1962) considera que até a segunda metade do século XX, os lucros com a atividade da citricultura justificavam o não interesse no parcelamento do solo suburbano. Todavia, quando esses proprietários encontram meios de ampliar seu capital na venda de terrenos urbanos e na abertura de novos bairros, converter terra rural em urbana tornou-se o principal negócio da urbanização capitalista. Essa mudança nos rumos da atuação dos proprietários fundiários e dos agentes imobiliários efetivava-se no papel do Estado como ente regulador das relações sociais de produção (LOJKINE, 1979).

Se, por um lado, a citricultura retardou a onda de loteamentos que marcaria a primeira reestruturação do espaço, também, impulsionada pela interação metropolitana dada a possibilidade de intensificação de fluxos (moradia/transporte/trabalho), esta atividade também garantiu a manutenção do domínio dos grandes proprietários dos meios de produção na transição rural para o urbano e reproduziu as contradições de uma estrutura agroexportadora, do limite de sua realização até à industrialização como forma determinante das novas relações sociais de produção.

A urbanização característica da primeira fase da reestruturação do espaço em São Gonçalo processou-se em dois vetores complementares orientados pelas relações sociais de produção:

o rural-cítrico e o urbano-industrial, com a subordinação do primeiro em relação ao segundo. Com o apogeu da citricultura, a industrialização converte-se na principal determinação das relações sociais de produção e imprime um novo ritmo à urbanização de São Gonçalo, principalmente entre as décadas de 1940 e 1960.

São Gonçalo possuía, no início da década de 1940, ao menos 203 indústrias registradas. Na década de 1950 seu parque industrial se caracterizava pela diversidade de produção, destacando-se as metalúrgicas, as de produção de cimento e cerâmica, químicas e farmacêuticas, de papel, papelão e vidro, alimentícias, brinquedos, dentre outras. É nesse contexto de desenvolvimento urbano-industrial que todo o município, através da imprensa local e regional, ganha o apelido de “Manchester Fluminense” devido a visibilidade econômica que passou a desfrutar após a instalação e consolidação de suas áreas industriais diversificadas. A ideia de *subúrbio industrial* foi construída com base em um discurso de prosperidade e de expectativas de desenvolvimento urbano no âmbito da reprodução da Metrópole Rio.

Lefebvre (2008, p. 26) ao tratar da urbanização completa da sociedade, considera que seu curso se dá a partir de *modalidades de urbanização* e “cabe ao analista descrever e discernir [tais] tipos de urbanização e dizer no que se tornaram as formas, as funções, as estruturas urbanas transformadas”. Essas modalidades poderiam ser consideradas a partir das características da própria sociedade mediante o curso da industrialização em diferentes contextos. Tomando como referência analítica a realidade de São Gonçalo, destacamos que essas *modalidades da urbanização* podem ser assim apresentadas: I. *uma urbanização que precede à industrialização e a gesta*; II. *uma urbanização que é capturada pela industrialização*; III. *uma nova fase da urbanização no contexto metropolitano*. Todas essas modalidades realizam-se no curso da urbanização e podem ser apreendidas em cada uma das fases de reestruturação aqui propostas. Passemos a segunda fase.

Os anos 1970 foram o marco de uma importante ruptura nas relações sociais de produção que, já consolidadas na grande in-

dústria, ganham novos conteúdos orientados por práticas político-econômicas, precisamente as neoliberais que tornam possível a transição do regime de acumulação fordista para o regime de acumulação flexível. Essa ruptura proporcionada por transformações econômicas como resposta à necessidade de repensar as estruturas produtivas da industrialização em curso e efetivadas mediante um conjunto de políticas estatais que flexibilizaram as condições do desenvolvimento capitalista.

Nesse contexto, apresentamos a **segunda fase de reestruturação no espaço** em São Gonçalo, ainda que sob determinação urbano-industrial, as relações sociais contidas nessa fase do processo passam por significativas transformações. A segunda fase marca a maturação da determinação industrial no desenvolvimento urbano e abre caminhos para a gestação de novas tendências espaciais.

Para Duménil e Lévy (2003, p. 18), “a acumulação de um conjunto de novos desenvolvimentos justifica, sem dúvida, alguma referência à noção de fase”. A segunda fase de reestruturação aqui proposta refere-se à consolidação do conjunto do desenvolvimento urbano-industrial.

A crise produtiva pela qual o Estado do Rio de Janeiro passou entre anos 1970 e 1980, no contexto da reestruturação produtiva e do fortalecimento das políticas neoliberais, e também os impasses político-administrativos do território da cidade do Rio de Janeiro com a transferência do poder federal para Brasília, culminando na criação do estado da Guanabara (1960-75) e, posteriormente, na fusão deste com o estado Rio de Janeiro, constituem-se como elementos reestruturadores do arranjo espacial fluminense: o urbano e o regional tornam-se indivisíveis na dinâmica de produção do espaço.

A consolidação da estrutura metropolitana pela via institucional, um importante instrumento político de produção do espaço, proporcionou uma possibilidade de manobrar as continuidades mesmo em contexto de ruptura. A reestruturação produtiva não

pôs fim a estrutura urbano-industrial, mas a realizou até o limite de suas oportunidades produtivas.

A crise produtiva do estado e os subseqüentes fechamentos de indústrias nos subúrbios metropolitanos (ou a transferência destas para outros municípios no interior do estado do Rio de Janeiro ou fora dele), acompanhou-se de uma onda de desempregos, aumento da informalidade e precarização das condições de vida na cidade industrial. Esses agravamentos absorvidos na estrutura urbano-industrial concentraram investimentos e melhoramentos no núcleo metropolitano. Esse momento de mudanças indica que a reestruturação capturou espaços centrais da metrópole e conduziu a cidade de São Gonçalo a conformar-se como *periferia metropolitana* (ROSA, 2018), sustentando-se por meio de um discurso de precarização suficientemente indutor da expansão territorial do processo de regionalização metropolitana, redefinindo novos espaços de moradia, trabalho, produção e consumo até a década de 1990.

Se a primeira reestruturação do espaço em São Gonçalo permitiu e orquestrou o desenvolvimento da função industrial; nessa segunda fase, entretanto, observa-se o processo de desindustrialização¹ como condição e resultado de novas relações sociais de produção: de cidade industrial à cidade dormitório. Alguns autores, como Lessa (2009), defendem a negação da desindustrialização de São Gonçalo no pós-1960, porque consideram o surgimento e a consolidação de ramos industriais, tais como o de confecção (indústria da moda), como um dos mais importantes na dinâmica produtiva de São Gonçalo desde então.

Lessa (2009) não parece considerar que esse ramo industrial é, entretanto, um dos mais afetados pela reestruturação produtiva. Se considerarmos, por exemplo, o número de confecções da indústria da moda na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, São Gonçalo figura o segundo lugar (3.690 empresas cadastradas no

¹ O termo *desindustrialização*, aqui empregado, não só faz referência a quantidade de estabelecimentos industriais quanto ao número de trabalhadores empregados neste setor, uma vez que o processo de industrialização envolve não só a dinâmica de produção de mercadorias, como também as relações de trabalho, a formação de uma classe trabalhadora e sua reprodução social e a produção de um espaço que realiza todas essas relações.

setor têxtil e confecções), de acordo com a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan). Porém, essa atividade vem sendo desenvolvida sob a forma dos chamados Arranjos Produtivos Locais (APL) que, articulados fortemente aos interesses dos empresários e organizado por meio de um aparato legal e com forte apoio estatal, reorienta as relações sociais de produção que são mais flexíveis para o modelo de acumulação e possuem também uma dimensão territorial racional e competitiva².

Nas décadas de 1940 e 1950, nas quais a industrialização aqueceu a oferta de emprego, São Gonçalo possuía uma população de 85.521 e 127.276 habitantes, respectivamente. Enquanto que, na década de 1960, o crescimento populacional atingiu a marca de 290% a mais em relação a 1940, e chegou a 900% em 1991 (CEPERJ/IBGE). Estamos diante de uma explosão demográfica nos subúrbios metropolitanos do Rio de Janeiro e de um momento que se caracteriza pela supervalorização da metrópole em detrimento de suas áreas periféricas. (ABREU, 2008).

Consideramos que, a partir de então, São Gonçalo passa por uma maturação da estrutura urbano-industrial que inaugura uma sensível transição para um outro momento de sua urbanização. Esta transição é sensivelmente percebida se analisarmos as relações que envolvem a tríade indústria/produção/trabalho. Harvey (2009), ao descrever as transformações ocorridas na cidade de Baltimore, relaciona esses elementos na discussão da desindustrialização na cidade. O autor parece utilizar o termo desindustrialização pautando-se no efetivo fechamento das unidades industriais e na oferta de empregos industriais oferecidos à população residente. Ele aponta também para a degradação da paisagem urbana diante dos vazios industriais que prevalecem à espera de reutilização (o movimento de valorização do capital pelo espaço) e do crescimento do setor de serviços.

² Quiçá inovadora, mas este é, talvez o aspecto mais contraditório dos APL's no atual contexto de desenvolvimento das estratégias do capital no contexto metropolitano fluminense. Não se propôs aprofundá-lo, pois este termo é mencionado não para descrever uma das fases objetivamente, mas para contra-argumentar Lessa (2009), para quem o processo de desindustrialização em São Gonçalo, pós-1960, é controverso.

Na primeira reestruturação em São Gonçalo predominavam na paisagem as grandes indústrias e sua lógica disciplinadora do tempo e do espaço. A paisagem urbano-industrial de São Gonçalo respondia à incorporação da técnica ao território e articulava-se à produção através da ferrovia, dos portos, dos telégrafos, dos bondes. A paisagem urbano-industrial que perdurou até a década de 1960 em São Gonçalo começou a ser transformada tanto em sua forma como em seu conteúdo, restando como testemunho as antigas estruturas espaciais da doutrinação operária. Nossa premissa é que a desindustrialização não se identifica na contemplação e observação da paisagem, mas na análise das relações que envolvem a regulação do trabalho, o cotidiano do trabalhador, e as lógicas que orientam a produção da cidade. Logo, a segunda reestruturação urbana em São Gonçalo é marcada por significativas mudanças no setor industrial e novas apropriações do espaço urbano conectado aos interesses e demandas do núcleo metropolitano.

A segunda reestruturação do espaço começa a ser possível no momento em que essas estruturas espaciais e sociais sofrem interferências de novas formas de dominação capitalista, conformando o espaço suburbano da metrópole em lócus de subordinação e dormitação temporárias, construindo áreas de reserva para o capital em novos momentos de reestruturação e garantindo o suprimento da maior demanda da Região Metropolitana em formação: moradia para a classe trabalhadora, explorada pelo processo de trabalho e espoliada pelo processo de urbanização. A segunda fase constitui-se, assim, uma reestruturação via espoliação urbana (KOWARICK, 1993).

Esse arranjo espacial apresentado como característico da segunda reestruturação do espaço perdurou até o início dos anos 1990. É então, no pós-90, e especialmente a partir dos anos 2000, que uma nova ruptura marca a **terceira fase de reestruturação do espaço em São Gonçalo**. Novas centralidades se desenvolvem nas periferias metropolitanas do Rio de Janeiro. A paisagem urbana de São Gonçalo começa a sofrer mudanças significativas

do ponto de vista dos novos padrões de empreendimentos que o município recebe.

Para esse terceiro momento, tomamos como referência o pensamento de Gottdiener ao interpretar a reestruturação do espaço nos Estados Unidos. Para o autor, o processo de reestruturação ganha uma “força” gerada pelo processo de desconcentração, herdado da estrutura metropolitana da organização e produção do espaço estadunidense. Segundo ele

Pela sua própria natureza, a desconcentração abrange tanto a reestruturação de áreas anteriormente agrícolas e recreativas, tornadas subúrbios, e a reestruturação das áreas centrais para ajustarem à dispersão da população e das atividades econômicas. [...] Consequentemente, a reestruturação associada às forças de desconcentração implica não só mudanças que ocorrem no nível das forças e relações de produção e reprodução, mas também uma dimensão espacial: mudanças decorrentes da desconcentração do próprio espaço urbano, com a nova forma espacial retroagindo sobre suas próprias características internas, para efetuar mudanças adicionais. (GOTTDIENER, 1990, p. 60).

Para esse sociólogo, é a forma espacial, retroagindo sobre si mesma, em busca de mudanças adicionais às demandas socioespaciais que inscrevem o processo de reestruturação na produção do espaço. Dessa forma, os antigos espaços industriais passam a se inserir nas novas dinâmicas do capital em escala regional e novas áreas da cidade ganham destaque para o mercado.

Uma ruptura radical insere novas determinações às relações sociais de produção. A estruturação urbano-industrial dá lugar a estruturação metropolitano-financeira. É possível observar que, dentro de outro contexto, uma nova reestruturação orienta o atual arranjo espacial: a necessidade de espaços de consumo (na cidade e de pedaços dela).

São Gonçalo entra no circuito de renovação da atuação do capital nas áreas periféricas e dispersas da urbanização metropolita-

na. As notícias de projetos de infraestrutura urbana, lançamentos imobiliários e de empreendimentos diversos são a grande novidade das propagandas publicitárias que promovem a cidade-mercado-ria. As novas dinâmicas socioespaciais, pelas quais os municípios metropolitanos fluminenses vêm passando, inserem os processos de concentração e centralização do capital na atual lógica de produção dos espaços metropolitanos, agindo em diferentes níveis (global, regional, local) e dimensões (espacial, social, econômica, política) e determinando novos mapas às mesmas localidades.

Sobre esse aspecto, Lencioni (2017) fala em *reestruturação imobiliária*, considerando o setor imobiliário como determinante na estruturação do espaço da atual sociedade.

Com esse sentido, de emergência de uma nova estrutura que se impõe sobre a anterior, é que falamos em reestruturação imobiliária, uma vez que uma nova estrutura se impõe sobre a anterior e modifica profundamente o setor imobiliário. Essa reestruturação imobiliária implica a reestruturação do próprio capital investido no setor, a reestruturação de tudo que envolve a construção – a exemplo das profundas transformações no canteiro de obras e na profissão do arquiteto e na reestruturação da propriedade da terra, por meio do surgimento de novas formas de propriedade, tais como o *leasing imobiliário* e o *time-sharing*. [...] dois aspectos consideramos chaves para a compreensão dessa reestruturação. São eles: o processo de concentração do capital e o de centralização do capital no setor imobiliário. (p. 110, grifo da autora).

É, portanto, no setor de serviços que o valor adicionado ao PIB resulta em quantias robustas para todas as municipalidades metropolitanas, inclusive para São Gonçalo (Tabela 1). O setor de serviços tem uma particular e perigosa importância, pois embora seja responsável pelos maiores números de postos de emprego formal, essa atividade não resolve o problema do vazio produtivo na periferia metropolitana do Rio de Janeiro, como aponta Sobral; pois, referem-se a um conjunto de economias locais pouco indu-

toras e de “segmentos que dependem da circulação de renda existente e que não estão articulados essencialmente ao desenvolvimento de um tecido produtivo e de um sistema logístico” (SOBRAL, 2015, p. 29).

Tabela 1 – Produto interno bruto total (bilhões), valor adicionada da indústria e dos serviços (R\$ 1.000), estado do Rio de Janeiro (RJ), Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMRJ) e alguns municípios metropolitanos

UF, RM, Municípios	1999		2005		2010		2013		2015	
	PIB Total*	Valor Adic. Serviços	PIB Total*	Valor Adic. Serviços	PIB Total*	Valor Adic. Serviços	PIB Total*	Valor Adic. Serviços	PIB Total*	Valor Adic. Serviços
RJ	127,21	86,04	247,01	144,46	379,41	195,66	533,08	273,14	659,13	311,57
RMRJ	104	73,07	181,7	120,94	236,6	143,61	327,45	199,11	495	249,32
Rio de Janeiro	59,2	49,32	90,51	77,81	208,15	105,83	284,3	146,07	320,77	167,6
Duque de Caxias	6,2	4,23	19,96	11,06	16,37	9,95	15,97	14,1	35,11	16,08
Niterói	3,93	3,45	6,07	5,17	8,79	6,71	14,75	9,69	25,72	12,86
São Gonçalo	3,76	3,15	5,87	5,06	5,78	4,2	8	5,82	16,57	7,46
Nova Iguaçu	3,5	3,01	5,21	4,47	6,13	4,89	7,95	6,11	15,94	8,13

* Na tabela não foram discriminados os valores adicionados brutos da agropecuária, impostos sobre produtos e administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, apesar de estarem inseridos no valor total do PIB.

Fonte: PIB dos Municípios, IBGE.

Elaboração: Juliana Luquez

Para o mesmo autor, a consequência dessa baixa densidade produtiva e do fraco dinamismo econômico deve-se ao fato de as atividades serem mais induzidas do que indutoras. Vê-se a problemática urbana estreitar-se à questão regional e ambas formarem os pilares da atual face da *crise* do Rio de Janeiro, que embora não tenha sido gestada na terceira fase de reestruturação que propomos como instrumento interpretativo da realidade urbana do Rio de Janeiro, forneceu mecanismo de transformações espaciais encobrendo continuidades historicamente reproduzidas.

Vemos que nesse novo contexto de reprodução do capital, a terceira fase do processo de reestruturação em São Gonçalo, os níveis regional e global integram-se e ganham destaque em nossa análise. É pertinente que destaquemos que esses níveis não estão apenas hoje articulados, esses níveis já se apresentavam como tendências. Na atual fase, eles diluem-se um no outro por meio de novas determinações nas relações sociais de produção que passam a operar entre o regional e o global, colocando a análise em uma esfera complexa de dimensões. No nível global, o desenvolvi-

mento do capitalismo transforma a determinação financeira como o seu principal mecanismo de expansão, e no nível regional, o espaço produzido sob esse pretexto se realiza – a reestruturação via setor imobiliário torna-se o álibi da nova conformação do espaço.

A terceira e atual fase de reestruturação do espaço de São Gonçalo caracteriza-se pelo momento de intensificação das funções urbanas complexas nos *espaços periféricos* da metrópole, nos quais, diferentemente do ritmo e dos interesses que concorreram entre os anos de 1920-1960 e de 1970-1990, começam a catalisar investimentos públicos e privados a fim de utilizar os territórios metropolitanos em prol da acumulação flexível, não só pelas relações de trabalho, mas especialmente pela relações sociais contidas na produção (total) do espaço.

Considerações finais

A escolha dos elementos espaciais, tais como indústrias, instituições, espaços de consumo, lazer e moradia, infraestruturas visíveis e invisíveis, agentes sociais etc., a identificação e a análise das rupturas como também a sensibilidade de indicar a absorção desses elementos às condições distintas do movimento histórico permite-nos uma proposta de periodização dos diferentes níveis da realidade espacial e auxilia-nos na reconstituição do tempo e do espaço como categorias simultâneas de análise. Seja qual for a natureza do processo (econômica, cultural, social, política), intrínseca à sua natureza estará a concepção de movimento. Ao movimento inserem-se aparente coerências e insuperáveis contradições, mudanças e permanências que compõem a lógica das transformações socioespaciais. Essas são possíveis de materializarem-se pela mediação das relações sociais de produção e do espaço.

As características das fases de reestruturação do espaço e a simultaneidade com que as continuidades coexistem no movimento contraditório da produção do espaço de São Gonçalo, revelaram-se

através dos processos de periferização-espoliação urbana-segregação socioespacial (VIANA, 2019). Nas fases da reestruturação do espaço cada um desses processos sobressai como prática espacial da reprodução das relações sociais. Queremos dizer que, em cada momento do real o movimento de sua realização não só incorpora novas possibilidades contraditórias como também amadurece relações já desenvolvidas na determinação histórica de uma fase anterior.

Por todos os pontos aqui apresentados, esperamos que a leitura deste artigo possa levantar mais problematizações a ponto de superar aquelas que nortearam nosso percurso investigativo. Nossa abordagem representa também uma adesão ao pensamento crítico de Gintrac (2014) que nos inspira à seguinte formulação: a cidade explodiu, bem como suas contradições, em formas espaciais cada vez mais dispersas, contudo, apropriar-se da cidade é investir em possibilidades mais criativas e posturas mais contestáveis acerca do processo de reestruturação do espaço.

Referências

- ABREU, MAURÍCIO DE ALMEIDA. **A EVOLUÇÃO URBANA DO RIO DE JANEIRO**. 4. ED. RIO DE JANEIRO: IP, 2008.
- CARLOS, ANA FANI ALESSANDRI. **A CRISE URBANA**. SÃO PAULO: CONTEXTO, 2015.
- CARLOS, ANA FANI ALESSANDRI. **A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO**. SÃO PAULO: EDUSP, 2008.
- CASTELLS. MANUEL. **A QUESTÃO URBANA**. SÃO PAULO: PAZ E TERRA, 2014.
- DUMÉNIL, GÉRARD; LÉVY, DOMINIQUE. SUPERAÇÃO DA CRISE, AMEAÇAS DE CRISES E NOVO CAPITALISMO. IN: CHESNAIS, FRANÇOIS ET AL. **UMA NOVA FASE DO CAPITALISMO?** SÃO PAULO: XAMÃ, 2003.
- GIDDENS, ANTONY. **A CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE**. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 2013.

GINTRAC, CÉCILE; GIROUD, MATHIEU (ORG.). **VILLES CONTESTÉES**: POUR UNE GÉOGRAPHIE CRITIQUE DE L'URBAIN. PARIS: LES PRAIRIES ORDINAIRES, 2014.

GOTTDIENER, MARK. A TEORIA DA CRISE E A REESTRUTURAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL: O CASO DOS ESTADOS UNIDOS. IN: VALLADARES, LÍCIA; PRETECEILLE, EDMOND (ORG.). **REESTRUTURAÇÃO URBANA**: TENDÊNCIAS E DESAFIOS. SÃO PAULO: NOBEL; RIO DE JANEIRO: IUPERJ, 1990.

GURVITCH, GEORGES. AS ESTRUTURAS EM SOCIOLOGIA. IN: BASTIDE, ROGER (ORG.). **USOS E SENTIDOS DO TERMO ESTRUTURA NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**. SÃO PAULO: EDITORA HERDER/EDUSP, 1971.

HARVEY, DAVID. **ESPAÇOS DE ESPERANÇA**. SÃO PAULO: EDIÇÕES LOYOLA, 2009.

HARVEY, DAVID. **OS LIMITES DO CAPITAL**. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2013.

KOWARICK, LÚCIO. **A ESPOLIAÇÃO URBANA**. SÃO PAULO: PAZ E TERRA, 1993.

LEFEBVRE, HENRI. **A CIDADE DO CAPITAL**. RIO DE JANEIRO: DP&A, 1999.

LEFEBVRE, HENRI. **A REVOLUÇÃO URBANA**. BELO HORIZONTE: EDUFMG, 2008.

LEFEBVRE, HENRI. **LA PRODUCTION DE L'ESPACE**. PARIS: ANTHROPOS, 2000.

LENCIONI, SANDRA. **METRÓPOLE, METROPOLIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO**. RIO DE JANEIRO: CONSEQUÊNCIA, 2017.

LESSA, JOSÉ LUÍS HONORATO. **A PAISAGEM REVELADA**: NATUREZA DA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EM SÃO GONÇALO (RJ) – CRISE OU REESTRUTURAÇÃO DA INDÚSTRIA LOCAL? 2009. 213 F. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM GEOGRAFIA) - FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SÃO GONÇALO, 2009.

LOJKINE, JEAN. O PAPEL DO ESTADO NA URBANIZAÇÃO. IN: FORTI, REGINALDO (ORG.). **MARXISMO E URBANISMO CAPITALISTA**. SÃO PAULO: EDITORA CIÊNCIAS HUMANAS, 1979.

ROSA, DANIEL PEREIRA. **DE CIDADES-DORMITÓRIO À CENTRALIDADE DA GRANDE CIDADE PERIFÉRICA**: TRABALHO, CONSUMO E VIDA DE RELAÇÕES DE SÃO GONÇALO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (RJ). 2018. 297 F. TESE

(DOUTORADO EM GEOGRAFIA HUMANA) - FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, 2018.

SOARES, MARIA THEREZINHA DE SEGADAS. NOVA IGUAÇU: ABSORÇÃO DE UMA CÉLULA URBANA PELO GRANDE RIO DE JANEIRO. **REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA**, RIO DE JANEIRO, v. 24, n. 2, ABR./JUN. p. 3-104, 1962.

SOBRAL, BRUNO LEONARDO BARTH. **CRISE E CICLO: LIMITES À CAPACIDADE DE UM CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTADO NA PERIFERIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO DIANTE DO CICLO RECENTE DE GRANDES INVESTIMENTOS**. BRASÍLIA/RIO DE JANEIRO: IPEA, 2015. (TEXTO PARA DISCUSSÃO 2143).

VIANA, JULIANA NAZARE LUQUEZ. **RUPTURAS E CONTINUIDADES: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO; UM OLHAR A PARTIR DE SÃO GONÇALO, REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO**. 2019. 312 F. TESE (DOUTORADO EM GEOGRAFIA HUMANA) - FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, 2019.

Autoria

Juliana Luquez - Graduação e mestrado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, com estágio de pesquisa na Université de Paris Sorbonne IV, sob a orientação do Professor Paul Claval. Atualmente é docente no Curso de Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Jardim. (orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4720-4305>)

Recebido para publicação em 27 de janeiro de 2020

Aceito para publicação em 11 de março de 2020

Publicado em 24 de abril de 2020